

# UMA ANÁLISE SETORIAL DA INDÚSTRIA DE SEGUROS A LUZ DO MODELO ESTRUTURA- CONDOTA-DESEMPENHO (ECD): A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PARA A ATIVIDADE ECONOMICA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 15 ANOS

## 1. INTRODUÇÃO

O setor de seguros, previdência complementar aberta e capitalização vem apresentando grandes avanços na oferta de novos produtos e serviços nos últimos 15 anos, e consistentemente apresentando um crescimento no volume de receitas e na participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

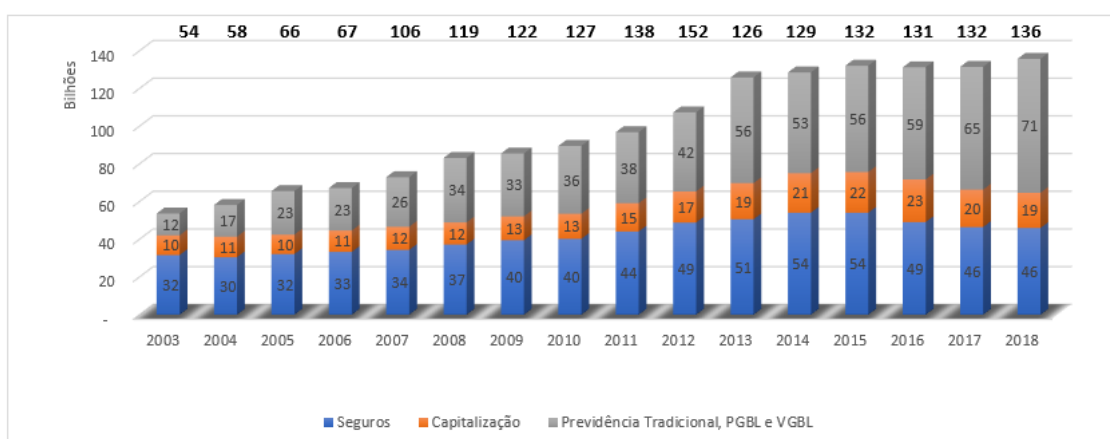
Sob a ótica da alocação eficiente de recursos, captação de poupança de longo prazo e o gerenciamento de riscos, o mercado de seguros também vem contribuindo para uma maior eficiência e crescimento econômico nas mais diversas atividades econômicas nacionais.

As informações consolidadas e apresentadas pela SUSEP (2019) revelam uma arrecadação, em 2017, de R\$ 428,9 bilhões, montante que representou cerca de 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB). O setor contou, no mesmo ano, com mais de R\$ 1,2 trilhão em ativos, primordial para o giro da dívida pública e do financiamento da atividade empresarial.

Todavia, o país ocupou a 46ª posição em se tratando do volume de prêmio per capita arrecadado pelo mercado segurador, ficando atrás de países da América Latina como Uruguai e Chile. Em 2018 o setor pagou R\$ 136 bilhões em indenizações de seguros, benefícios ou resgates de previdência privada e títulos e sorteios de capitalização, mais que o dobro do que foi pago em 2003 (SUSEP, 2019).

Outro importante fato, apresentado no gráfico abaixo, é a inversão da distribuição do montante devolvido à sociedade brasileira, com o crescimento considerável dos produtos de acumulação nos 16 anos da série, em que seguros representavam 59% e os produtos de previdência 22% em 2003, contra 34% de seguros e 52% de previdência em 2018. Esses indicadores reforçam o quão relevante é a movimentação financeira gerada pelo setor de seguros para a o desenvolvimento econômico e social.

**Figura 1** - Indenizações de seguros, resgates e sorteios de capitalização, benefícios e resgates de previdência privada (em R\$ bilhões)



**Fonte:** SUSEP (2019) – valores reais deflacionados pelo INPC-IBGE a preços de dez/2018.

A indústria de seguros é representada pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSeg), e constituída por 20 entidades de previdência complementar aberta, 17

sociedades de capitalização e 117 seguradoras. O setor conta ainda com o apoio de 90 mil corretores de seguros (pessoas físicas e jurídicas) com experiência e formação especializada no exercício de orientar, informar e auxiliar a sociedade a respeito dos produtos ofertados no mercado (CNSEG, 2018).

Neste sentido, o propósito deste relatório é apresentar uma análise setorial sintética do mercado de seguros, bem como a sua contribuição para os demais setores da economia nacional provenientes do constante crescimento da atividade securitária brasileira. Para tanto, utilizar-se-á o modelo Estrutura-Condução-Desempenho (ECD).

A investigação do setor à luz do modelo ECD é realizada a partir da análise dos dados e resultados para o período de 2003 a 2018, avaliando a taxa de crescimento do setor de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, bem como o desenvolvimento de novos produtos neste mesmo período, tendo como principais fontes de informações as bases estatísticas obtidas a partir da consolidação dos dados encaminhados à SUSEP pelas companhias supervisionadas, por meio do sistema FIPSUSEP (Formulário de Informações Periódicas da SUSEP), e do envio dos arquivos em atendimento à Circular nº 522/2015.

Cabe destacar que o setor de saúde suplementar não foi contemplado nas análises, em função da segregação de informações e regras diferentes de mercado geradas pela Agência de Saúde Suplementar (ANS), não vinculada à SUSEP, assim como a Previdência Complementar Fechada que é regida pelas regras e normas criadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

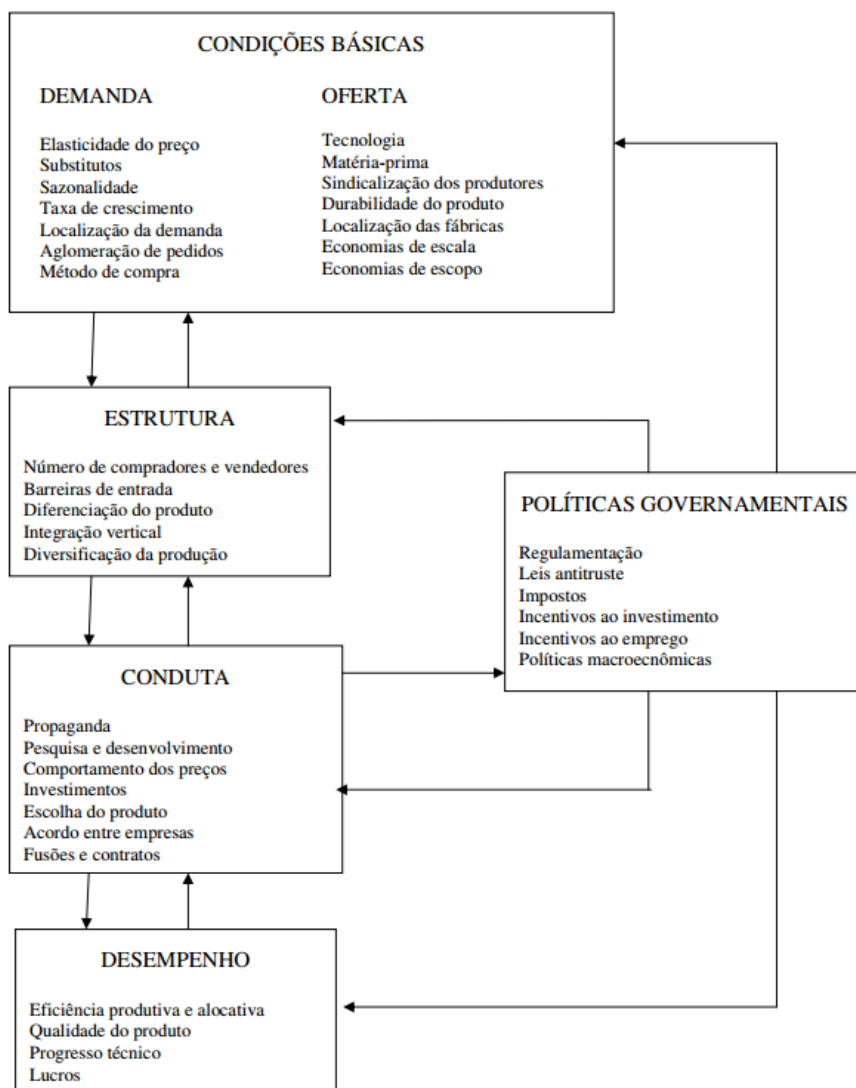
O modelo de Estrutura de Mercado, Condução e Desempenho (ECD) tem como objetivo verificar como a organização do mercado influencia as estratégias das empresas e o seus desempenhos, tendo como origem da sua discussão a Organização Industrial. Os fundamentos do modelo ECD permitem compreender a indústria (de bens e serviços) através de suas estratégias e como estas características de organização influenciarão na competição com seus concorrentes e os preços no mercado, utilizando como uma das variáveis do modelo o grau de concentração do mercado.

A visão clássica e mais tradicional do ECD apresenta a causalidade dos componentes da estrutura, condução e desempenho em um sentido único de causa-efeito, em cada um dos componentes do modelo (BAIN, 1968). Assim, os componentes de estrutura é que determinam as condutas das empresas que por sua vez, geram o desempenho com base nas estratégias adotadas.

No entanto, as revisões realizadas por diferentes autores demonstram importantes mudanças ao longo do desenvolvimento do modelo, apresentando novos elementos relacionados, entre outras coisas, às políticas públicas que impactam tanto na estrutura do mercado, quanto nas condutas das empresas ao mesmo tempo. Adicionalmente, os estudos evidenciam que a relação causa-efeito não ocorre apenas numa direção única. Logo, o desempenho de uma indústria, pode fazer com que a empresa mude sua estratégia e condutas, podendo determinar ou não mudanças na estrutura de mercado.

A figura abaixo apresenta o esquema do modelo ECD revisado, que evidencia as principais variáveis e inter-relações dos seus componentes, incluindo as políticas públicas, com destaque para a política regulatória, que é evidenciada no setor securitário nacional.

Figura 2 - Modelo Estrutura, Conduta e Desempenho (ECD) revisado



Fonte: Carlton e Perloff (1994)

A abordagem apresentada por Carlton e Perloff (1994) elucida a multifuncionalidade das interações do modelo ECD, legitimando que a conduta das instituições pode impactar diretamente não apenas o seu próprio desempenho, mas também a interação com as políticas governamentais, resultando também na mudança da própria estrutura de mercado.

De acordo com Scherer; Ross (1990), o estudo do modelo ECD permite que a indústria (de bens e serviços) descubra como irá produzir, buscando o equilíbrio da demanda e verificando como as variações e distorções desse processo de organização refletirão no sucesso de cada uma delas. As causalidades das variáveis econômicas apresentadas pelo modelo ECD se integram e suas composições determinam o desempenho das empresas. Assim, a apreciação do modelo permite um melhor entendimento do poder e do grau de concentração do mercado, proporcionando o ajustamento das organizações com relação à tomada de decisão e influenciando no desempenho das organizações e no bem-estar da sociedade.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa, que é brevemente relatada por este relatório, foi realizada por meio de investigações de históricos e acontecimentos, processos e instituições que permitiram analisar e verificar a influência do setor na atividade econômica nacional. A revisão bibliográfica foi composta pelo estudo e análises do modelo Estrutura-Conduto-Desempenho (ECD) do setor de seguros, evidenciando a forma de organização da indústria de seguros no Brasil e os critérios para estruturação, comercialização e operacionalização, que contou com uma ampla pesquisa quantitativa.

Os dados utilizados na pesquisa foram levantados e extraídos a partir da disponibilidade de informações do Sistema de Estatística da SUSEP (SES). As informações de mercado são disponibilizadas na SUSEP através do Formulário de Informações Periódicas (FIP) e quadros estatísticos, enviados pelas companhias seguradoras em atendimento às normas vigentes. A base de dados disponibilizada em seu website contém informações com a movimentação de operações por ramo de companhias seguradoras, resseguradoras, entidades abertas de previdência privada e sociedades de capitalização a partir de janeiro de 1995.

As informações utilizadas neste estudo correspondem ao período de 2003 a 2018, extraídas no decorrer de 2019 com a periodicidade mensal, apresentados em termos reais, ou seja, com valores deflacionados a preços de dezembro de 2018. A população de pesquisa foi constituída por entidades seguradoras brasileiras e estrangeiras, lembrando que foram desconsiderados os ramos de saúde e previdência complementar fechada, pelos motivos já expostos.

As informações de crescimento do PIB brasileiro foram extraídas do site do Banco Mundial e das Contas Nacionais do IBGE. Também foram utilizadas as bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2017, assim como o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com periodicidade mensal, utilizados para o cálculo de deflação dos valores nominais e os dados de empregos formais, apresentados pela Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), todos obtidos em 2019 através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações de *Ranking* das seguradoras foram levantadas a partir dos estudos realizados pelo Sindicato dos Empresários e Profissionais Autônomos da Corretagem e da Distribuição de Seguros do Estado de São Paulo (SINCOR-SP), dos anos de 2017 e 2018.

Além disso, foram pesquisados os dados e informações históricas de importantes instituições do mercado brasileiro, como: Escola Nacional de Seguros (ENS), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), Sindicato das Empresas de Seguros e Resseguros de São Paulo e Banco Central do Brasil.

Para os cálculos de indicadores econômicos, análises e conclusões, foram utilizadas as informações de prêmio, capital segurado e sinistro, que suportam grande parte das análises do mercado de seguros mundial. A principal ferramenta de cálculo utilizada no estudo foi a Matriz Insumo-Produto de Leontief (MIP), para analisar e identificar os níveis de produto final nos diferentes setores da atividade econômica nacional, relacionados com a variação da demanda das contas nacionais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulga e publica a cada 5 anos as Contas Nacionais com o detalhamento da MIP, que proporciona uma visão detalhada da estrutura produtiva brasileira e o grau de interligação setorial da economia.

Esse detalhamento permite, a partir da análise dos coeficientes técnicos da MIP, avaliar a participação relativa de cada item de despesa com bens e serviços intermediários no valor da despesa total por setor. Além dos coeficientes técnicos, foram analisados os multiplicadores

setoriais da matriz inversa de Lontief, que calcula os efeitos diretos e indiretos da demanda final sobre o nível de produção total.

Neste sentido, foi analisado o comportamento dos setores-chave como principal componente do modelo ECD, a partir do Índice de Ligação para Frente, que é um indicador que permite avaliar o quanto um setor tem seus insumos demandados pelo resto da economia, sendo que essa avaliação foi feita a partir da demanda dos serviços oferecidos pelo mercado securitário por todas as demais atividades econômicas nacionais, para os anos de 2000, 2005, 2010 e 2015.

Essa metodologia permitiu identificar os principais setores que tiveram crescimento na demanda por serviços financeiros e seguros, em função da atividade e crescimento deste setor.

#### **4. RESULTADOS**

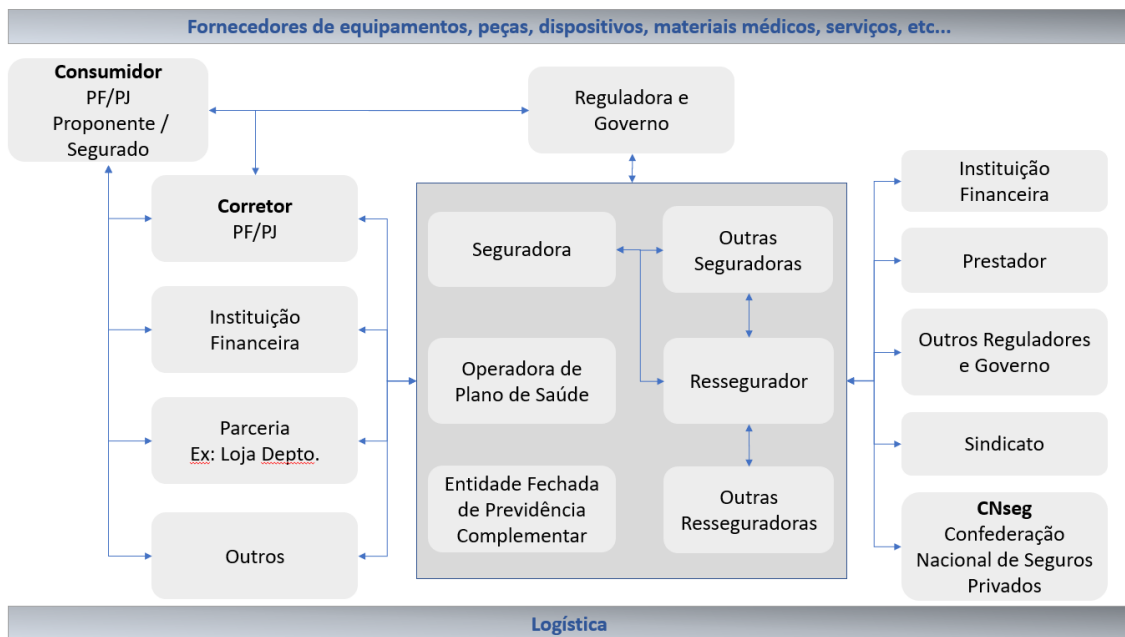
Este trabalho buscou avaliar o comportamento do setor securitário no cenário econômico brasileiro à luz das análises do modelo Estrutura-Condução-Desempenho (ECD), com o objetivo de entender sua organização em termos de estrutura de mercado, e como a condução influencia em modificações da própria estrutura no desempenho do setor e das organizações.

Ainda que o desempenho da economia em 2018 tenha apresentado resultados frustrantes para o setor de seguros nacionais, as perspectivas do mercado seguem otimistas e com apostas de crescimento no curto, médio e longo prazo. Tal otimismo está ancorado na perspectiva de retomada mais consistente da economia nos próximos anos, com base na aprovação das reformas da previdência e tributária, além da preocupação dos empresários e da população com relação à proteção dos seus bens e serviços.

A indústria de seguros nacional atingiu em 2018 a cifra de R\$ 106,6 bilhões em prêmios emitidos, representando um avanço de 6,2% em relação ao desempenho de 2017, sendo este resultado 1,6% do PIB brasileiro (a preços correntes), concentrado principalmente nas regiões Sudeste e Sul do país, com 60,5% e 17,1% respectivamente, dos prêmios de seguros de 2018 (LAFIS, 2019).

A cadeia produtiva do setor de seguros é basicamente compreendida pelos consumidores, corretores e seguradoras, mas possui uma grande rede interligada com empresas dos diversos setores da economia nacional, suportando as operações de seguros.

**Figura 3** – Cadeia Produtiva do Setor



**Fonte:** Elaborado pelos autores

A operação de seguro tem início com a demanda de uma pessoa física ou jurídica (proponente), por uma cotação de seguro para proteção de um bem ou um risco específico, não necessariamente um bem físico. A cotação solicitada pelo proponente é realizada na grande maioria das vezes pelo corretor de seguros, principal canal de distribuição do setor.

Com a evolução da globalização e especialmente a evolução da tecnologia e da internet, novos canais de distribuição foram desenvolvidos ao longo do tempo, tais como assessorias (que servem como intermediários entre grupos de corretores e seguradoras), afinidades (que são conhecidos no mercado por bancos com ou sem seguradoras próprias), lojas de varejo (através de parcerias entre seguradoras e lojas de departamentos), vendas diretas utilizando-se da estrutura de *contact centers*, e com grande crescimento nos últimos anos, as vendas “diretas” por internet, que apesar de parecer uma venda direta, no Brasil está sempre associada à figura do corretor de mercado, ainda que este corretor seja uma corretora de seguros específica e pertencente ao grupo segurador ou ainda à figura da FUNENSEG.

Das diferentes cotações que o corretor pode realizar para o proponente, uma das cotações é enviada para a seguradora escolhida em forma de proposta de seguro, tendo a seguradora um prazo de até 30 dias para analisar e retornar ao corretor e ao proponente, a aceitação ou não do risco. Em caso de sua aceitação é emitida a apólice de seguro, contrato ou certificado, dependendo do ramo utilizado no negócio.

Na contratação do seguro através da proposta enviada pelo corretor, a seguradora faz a avaliação do limite técnico de sua operação naquele ramo determinado pela SUSEP. Pode então concluir pela distribuição do risco com outra seguradora (cosseguro) ou com uma resseguradora (resseguro) ou ainda as duas opções, dependendo do valor do risco envolvido. O seguro de uma plataforma de petróleo, por exemplo, normalmente tem envolvido cosseguro e resseguro ao mesmo tempo, distribuindo o prêmio e o risco (em caso de indenização) com outras seguradoras e resseguradoras. Ainda neste exemplo é comum a figura da retrocessão, que é o resseguro do resseguro.

Os produtos ofertados pela indústria de seguros garantem ao mercado um posicionamento de facilitador da agenda nacional econômica e social, enfrentando questões importantes como o aumento de infraestrutura, a poupança nacional, o acesso da população à saúde, a proteção

do indivíduo e a manutenção do consumo das famílias, entre outros. Assim sendo, os principais produtos e planos de seguros são: Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), Seguro de Danos Pessoais Causados por Embarcações (DPEM), Seguro Rural, Seguro Compreensivo, Seguro Garantia, Seguros de Danos, Seguros de Pessoas, Seguro de Transportes, Seguro de Crédito, Seguro de Automóveis (Facultativo), Seguro de Garantia Estendida, Previdência Complementar Aberta e Capitalização.

A regulação amparada por políticas públicas, em especial para o setor de seguros, tem uma influência poderosa na instauração de normas e regras na forma de lei, criando barreiras significativas para o desenvolvimento econômico e social e influenciando ao mesmo tempo, na estrutura de mercado e na conduta das seguradoras.

A Constituição brasileira através do Artigo 192, descreve que as companhias de seguro devem obter a autorização do governo para operarem sob as leis básicas do setor, através do Decreto-Lei nº 73/66, regulado pelo Decreto-Lei nº 60.459/67, Código Civil e Comercial e pelos regulamentos emitidos pelos órgãos reguladores. O Sistema Nacional de Seguros Privados criado em 1966 pelo Decreto Lei nº 73 e alterado pela Lei nº 9.656/98 e Lei nº 10.190/2001, rege as operações de seguros no Brasil e é responsável pelo controle e fiscalização dos mercados, através da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), exceto o setor de saúde que é regulado pela ANS, autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, criada com o objetivo de controlar e fiscalizar exclusivamente os seguros, planos de saúde e odontológico. Os reguladores controlam e fiscalizam o mercado através das normas e regras de solvência, requisitos de capital mínimo, reservas matemáticas etc., exigidos de cada uma das empresas aprovadas para operar no mercado.

As regras e normas instituídas pelos órgãos reguladores são de certa maneira barreiras à entrada para novos competidores do setor. Algumas delas, além de barreiras à entrada, são também barreiras de saída, uma vez que toda movimentação no setor passa pelas aprovações das Instituições do Estado, mesmo as movimentações de aquisições ou parcerias comerciais. Desta maneira, é possível observar a relação da regulação do setor e o impacto gerado nas estruturas industriais e nas estratégias empresariais, com base nas barreiras criadas em função da regulação.

As perspectivas para a economia brasileira iniciaram um gradual processo de reversão após o fim da maior recessão desde a década de 1980 e, passadas as eleições de 2018, o cenário econômico, ainda com incertezas, vem conquistando a confiança do consumidor e do empresariado. A retomada da indústria, aliada à política econômica do novo governo, será gradativa e começará a mostrar resultados no longo prazo a partir de 2021. Vale destacar que o desempenho da economia brasileira possui relação estreita com a atividade financeira, onde se encontra o setor de seguros e outras instituições de serviços financeiros.

É possível observar, através do principal componente da estrutura do modelo ECD, que o setor é relativamente concentrado. De acordo com o índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) o setor é caracterizado por uma estrutura setorial oligopolista moderadamente concentrada, em que as empresas do setor obtêm lucros substanciais no longo prazo. Ademais, observa-se uma expressiva participação de empresas estrangeiras, uma vez que das vinte maiores seguradoras em prêmio direto apresentadas pelo *ranking* da Sincor SP de 2018, 55% são totalmente estrangeiras ou possuem maior participação acionária na operação brasileira. (Sincor-SP, maio/2019).

Do ponto de vista da conduta, do modelo ECD, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do setor estão proporcionando um enorme e importante avanço tecnológico na atividade securitária nacional, otimizando custos e tornando os produtos mais sofisticados e com preços mais competitivos. Por isso, as organizações que atuarem

continuamente na gestão da eficiência e produtividade, fator que vem contribuindo para melhorar consideravelmente o desempenho do segmento.

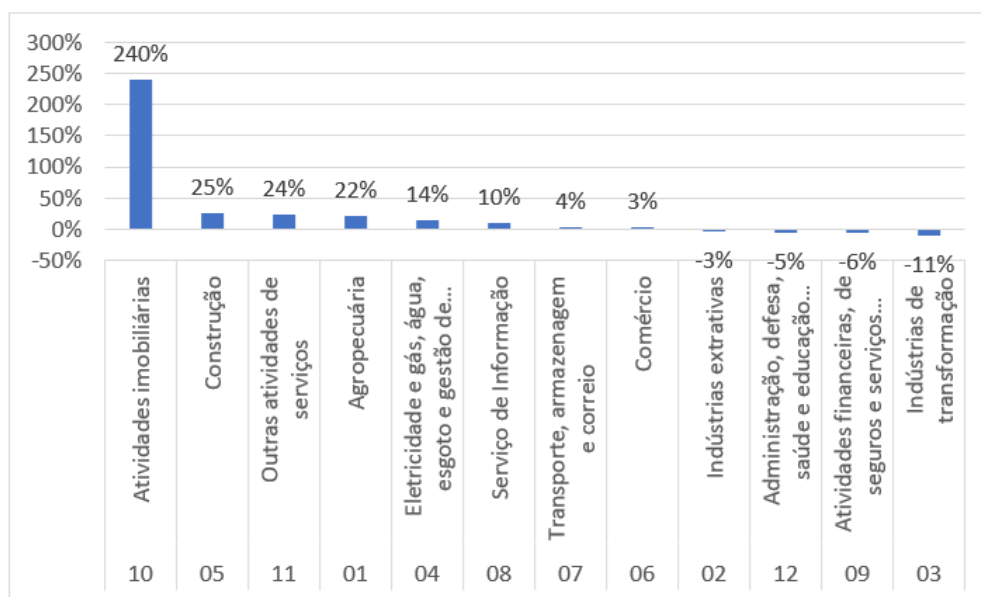
Os investimentos em novas tecnologias melhoram o desempenho das empresas sob dois aspectos. O primeiro é operacional, que ocorre com a eliminação das operações manuais, permitindo estabilizar os processos produtivos e atualizar o conhecimento e as habilidades da força de trabalho. O ganho mais evidente é o aumento da produtividade, mas a melhora qualitativa também é significativa em razão da precisão da execução, incluindo a redução de desperdícios e a melhora da qualidade no atendimento ao consumidor. O segundo aspecto está relacionado à otimização, que geralmente é alcançada com o investimento em tecnologia, onde o desenvolvimento de *APIs (Application Programming Interfaces)*, soluções que flexibilizam a integração dos sistemas de seguros com as demais empresas de mercado como Bancos, Parceiros, Corretores, Prestadores de Serviços, entre outros, tem permitido melhoras de eficiência nos processos e também a atualização da comunicação digital cada vez maior, com o novo perfil de consumidor da era digital.

Instituições de mercado como a Sincor-SP e CNseg têm apresentado ao governo através das cartas de conjunturas, uma série de propostas para melhorar as atividades do setor que visam à inclusão social e o desenvolvimento de novos produtos, promovendo o equilíbrio financeiro e a atualização do marco regulatório. As instituições defendem uma necessidade de modernização produtiva das empresas de seguro, para uma melhor contribuição no crescimento econômico de maneira a ampliar a segurança da população. Para o desenvolvimento do setor é fundamental que os órgãos reguladores atualizem o marco regulatório, de maneira que permita o setor comercializar seus produtos nos mesmos moldes e canais utilizados pelo mercado financeiro, com isenção de IOF e outros tributos.

Dentre as limitações deste estudo, há a dificuldade de encontrar informações públicas a respeito de investimentos do setor de seguros. Tal limitação não permitiu analisar o impacto destes investimentos nos demais setores da economia nacional, mas foi possível analisar por meio da Matriz Insumo-Produto de Lontief, através das séries de dados disponibilizadas pelo Sistema de Contas Nacionais do IBGE, referências 2000, 2005, 2010 e 2015, que houve uma evolução positiva dos coeficientes técnicos setoriais da MIP no período, como o principal destaque a ser feito quanto ao componente desempenho do modelo ECD, cujos resultados se encontram na figura que segue.



**Figura 4 – Média de Crescimento dos Coeficientes Técnicos dos Insumos Nacionais (2000-2015)**



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos coeficientes técnicos de insumos nacionais da MIP 2000, 2005, 2010 e 2015 – IBGE Contas Nacionais

A MIP apontou a classificação dos setores que mais utilizaram insumos de serviços financeiros e seguros na produção, sendo Atividades Imobiliárias que apresentou maior crescimento relativo (240%) do uso de insumos financeiros e seguros, seguidos de Construção (25%), Outras Atividades de Serviços (24%) e Agropecuária (22%).

O estudo a partir da MIP também evidenciou, através da análise dos índices de ligação para frente, os setores-chave vinculados à atividade securitária, cujos destaques são a Indústria de Transformação e Outros Serviços, por terem sido os que mais foram impactados pelos “insumos” de Intermediações Financeiras e Seguros.

**Tabela 1 – Índice de Ligação da Matriz de Impacto intersetorial – Matriz de Lontief (2000-2015)**

Índice de ligação para frente por ano									
Cód.	Setor	2000	2005	%	2010	%	2015	%	Média
01	Agropecuária	0,87	0,89	1,57%	0,81	-8,52%	0,81	-0,09%	-2,35%
02	Indústria extrativa mineral	0,75	0,80	7,11%	0,77	-4,49%	0,75	-1,31%	0,44%
03	Indústria de transformação	<b>2,26</b>	<b>2,43</b>	7,45%	<b>2,12</b>	-	<b>2,04</b>	-3,87%	-2,95%
04	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	0,58%	0,96	-4,36%	<b>1,01</b>	5,38%	0,53%
05	Construção	0,69	0,67	-3,14%	0,75	12,40%	0,73	-2,62%	2,21%
06	Comércio	0,92	0,92	-0,81%	<b>1,01</b>	10,02%	<b>1,06</b>	4,83%	4,68%

### Índice de ligação para frente por ano

Cód.	Setor	2000	2005	%	2010	%	2015	%	Média
07	Transporte, armazenagem e correio	0,96	0,99	3,03%	<b>1,00</b>	1,50%	<b>1,04</b>	3,41%	2,65%
08	Serviços de informação	0,95	0,98	2,99%	0,91	-6,65%	0,85	-6,38%	-3,34%
09	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,97	0,91	-6,94%	0,97	7,00%	0,97	0,41%	0,16%
10	Atividades imobiliárias e aluguel	0,73	0,69	-5,40%	0,71	3,00%	0,70	-0,73%	-1,05%
11	Outros serviços	<b>1,27</b>	<b>1,12</b>	-	<b>1,34</b>	19,71%	<b>1,38</b>	3,15%	3,70%
				11,75%					
12	Administração, saúde e educação públicas	0,63	0,62	-2,08%	0,65	4,42%	0,64	-0,70%	0,55%

**Fonte:** Elaborada pelos autores com base nas planilhas da Matriz Insumo-Produto do IBGE

Este resultado corrobora com as afirmações de boa parte dos estudos analisados conjuntamente com este trabalho, que corroboram a ocorrência de um resultado positivo da atividade securitária sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento financeiro. A atividade de seguros é uma importante ferramenta no financiamento institucional e na contribuição para a formação de poupança e renda nacional, promovendo estabilidade financeira para as famílias e empresas, além da melhor eficiência de alocação de recursos com a mobilização da economia através do suporte oferecido pelo setor.

#### 5. Referências bibliográficas:

BAIN, J. S. Industrial organization. New York: [s.n.], 1968.

CARLTON, D. W.; PERLOFF, J. M. Modern Industrial Organization. 2nd. ed. New York: Harper Collins Publishing Co., 1994.

CNSEG. História do Seguro no Brasil: do Século XVI ao Regulamento Murinho. História do Seguro, 2019. Disponível em: <<http://cnseg.org.br/conheca-a-cnseg/mercado/historia-do-seguro.html>>.

LAFIS. Relatório Setorial de Seguros. LAFIS. São Paulo, p. 58. 2019. (I055087201906P).

SCHERER, F. M.; ROSS, D. Industrial market structure and economic performance. 3. ed. Chicago: Raud Mc Nally & Co, 1990.

SUSEP. SES - SISTEMA DE ESTATÍSTICAS DA SUSEP, 2019. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/menuestatistica/SES/principal.aspx>>.